

FIM DA "GOLDEN SHARE" NA EDP

UM CRIME CONTRA OS INTERESSES DO PAÍS, DO POVO PORTUGUÊS E DOS TRABALHADORES

Submissão e subserviência do Governo Português

A eliminação das Golden Share em empresas estratégicas como a PT, a GALP e a EDP é um acto de gestão danosa do Governo PSD/CDS e contrário aos interesses nacionais.

A decisão do Governo PSD/CDS com o acordo do PS de abdicar das Golden Share em empresas estratégicas para a economia nacional é a confirmação de um processo de completa submissão por parte do poder político aos interesses dos grupos económicos. É a subserviência do Governo Português, às numerosas pressões e ingerências por parte da Comissão Europeia e do FMI, visando a liquidação deste instrumento do Estado, com o objectivo claro de facilitar o controlo de sectores estratégicos da nossa economia pelos grupos económicos das grandes potências da União Europeia.

A Importância das Golden Shares

As chamadas Golden Share são posições detidas pelo Estado que garantem a este um conjunto de direitos especiais em decisões de importância estratégica – designadamente investimentos, distribuição de dividendos, fusões e aquisições, etc. – no seio de cada uma das empresas.

Direitos especiais por via das Golden Share, que aliás os sucessivos governos nunca quiseram utilizar em toda a sua extensão.

Esta decisão, revela a inteira submissão ao programa de agressão externa que PS, PSD e CDS, subscreveram com a União Europeia e o FMI, e insere-se no vasto e criminoso programa de privatizações que o governo anterior iniciou e que o actual se propõe concretizar.

Um roubo e um crime autorizados

A eliminação dos direitos especiais que o Estado português detém na EDP nada tem a ver com a dívida pública ou com o défice.

É, isso sim, uma entrega directa de muitos milhões de euros (mais o valor do poder de intervenção) ao grande capital (nacional e estrangeiro) e é mais um passo no processo de concentração e acumulação capitalista em curso, com as seguintes consequências:

- A TRANSFERÊNCIA PARA ESTES, DOS PODERES ANTERIORMENTE DETIDOS PELO ESTADO E A SUA INCORPORAÇÃO COMO VALOR NO PATRIMÓNIO DESSES MESMOS ACCIONISTAS;
- A PERDA DE SOBERANIA E DA CAPACIDADE DO PAÍS DE, POR VIA DO ESTADO, IMPEDIR OPERAÇÕES EM QUE SEJAM COLOCADOS EM CAUSA OS INTERESSES NACIONAIS
- COMO SE CONFIRMA NO EXEMPLO DA EDP, TODAS AS PRIVATIZAÇÕES TÊM COMO CONSEQUÊNCIAS DIRECTAS A DEGRADAÇÃO DO SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO PRESTADO ÀS POPULAÇÕES E O AUMENTO DOS PREÇOS/TARIFAS COMO SE TEM VINDO A VERIFICAR, ENGORDANDO O GRANDE CAPITAL. NO QUADRO ABAIXO, PODEMOS VERIFICAR ESTA REALIDADE.

Anos	Lucros da EDP	Aumento das Tarifas
2007	1020 Milhões	6,0%
2008	1212 Milhões	2,9%
2009	1168 Milhões	4,9%
2010	1235 Milhões	2,9%
2011	609 Milhões *	3,8%

(* 1º Semestre de 2011)

DESPEDIMENTOS · CORTES NOS SALÁRIOS · PRIVATIZAÇÕES

FAZER FRENTE!

EXISTE UM OUTRO CAMINHO, DEMOCRÁTICO E PATRIÓTICO

O PCP lembra que em 2009 os lucros da EDP foram de 1.168 milhões de euros e dividendos de 566 milhões para os accionistas, em 2010 os lucros foram 1.235 milhões, com dividendos de 621 milhões para os accionistas e mais de 24 milhões para os sete administradores, em prémios e ordenados, naqueles dois anos! No 1º semestre de 2011 os lucros foram de 609 milhões, crescendo 8% comparando com o mesmo período no ano passado.

Por isso, caso os dividendos entregues pela EDP aos accionistas fossem públicos, permitia continuar a pagar as prestações sociais que foram cortadas pelo PS, PSD e CDS.

Para o PCP os interesses do povo português, reclamam uma política contrária ao actual rumo em curso. A necessidade de desenvolver o país, elevar a produção nacional, combater o desemprego, melhorar as condições de vida das populações, travar o endividamento e a dependência externa, defender a soberania nacional, exigem que o Estado utilize todos os instrumentos de política económica que a Constituição da República prevê, designadamente o reforço do papel do sector empresarial do Estado.

O PCP considera que aquilo que se impõe é:

- O imediato abandono do programa de privatizações em curso;
- A anulação da decisão de eliminação dos direitos especiais que o Estado detém em várias empresas e a sua efectiva utilização de acordo com os interesses nacionais;
- A adopção de uma política que vise a recuperação para as mãos do Estado do controlo dos sectores básicos e estratégicos da economia.

Só um sector público forte e solidário permite que Portugal se desenvolva.

Lutemos juntos, trabalhadores e população, pela manutenção da GOLDEN SHARE do Estado na EDP e por uma EDP que defenda a economia nacional e promova serviços da energia com qualidade, a preços acessíveis para todos os portugueses, com a renacionalização destas empresas estratégicas.

FAZER FRENTE À OFENSIVA DAS "TROIKAS" CONTRA OS PORTUGUESES E OS INTERESSES NACIONAIS!

COM O PCP: FAZER FRENTE! À PILHAGEM DOS RECURSOS NACIONAIS PELO IMPERIALISMO E O CAPITAL MONOPOLISTA

Direcção Regional de Lisboa do PCP

